

UMA ECLÉSIA/IGREJA SEM SACERDOTES: O POVO DE DEUS

Jesus Tavernard Júnior

Aventurar-se pela trilha revisionista da literatura paulina é deslumbrar-se ante o espetáculo que se inicia com o despertar da aurora. Por certo deve existir um itinerário paulino¹, seja ele qual for, que conduza o leitor a seguir suas pegadas e a refazer seu percurso. Não se trata de encurvar-se, pura e simplesmente, aos ditames do cânone escrito, como se lâmina inexorável fosse. Aceitar seus postulados e os dogmas nele sustentados — sem ao menos reconsiderá-los, à luz dos paradigmas atuais — seria o mesmo que aguardar sem resistência pelo golpe de misericórdia. Quem milita no campo da religião deve atinar para uma verdade patente: ao exumar-se verdades “sagradas”, cadáveres caem aos nossos pés; tudo porque há hienas de plantão que se “nutrem” e “sobrevivem” dessas carcaças.

Tal empresa, porém, é inevitável, posto que os novos devem substituir os arquétipos de fundação. Na gênese dos manuscritos antigos, ruminavam os comentadores, tudo parecia natural e originante. Com o tempo, as marcas dos originais vão desaparecendo, se extraviando, em virtude dos múltiplos olhares e referenciais de interpretação. Daí se impõe como necessário e urgente, aos vestibulandos do século 21, uma “terceira margem de interpretação”². Uma nova película de interpretação se impõe, de um lado, na medida em que as relações de poder se alteram em nossa sociedade; e do outro, na medida em que novos arranjos eclesiológicos se estabelecem, reforçando os modelos antigos que se quer “ultrapassar”.

Para que esta incursão não seja preterida, nos liames desta reflexão, é fundamentalmente importante uma atitude de refazimento, de reconstrução. Reconstruir não significa ignorar, destruir alhures; tampouco desdenhar de tudo aquilo que a tradição elaborou. Mas se trata de vasculhar mesmo as suas bases de sustentação, graças aos quais os alicerces eclesiológicos foram postos no passado, a fim de que sejam recolocados em nosso tempo. Para isso, evitar-se-á neste texto o pretexto inominável de se recomeçar do “marco zero”. Recomeçar do zero é uma atividade desnecessária, fraseologia vazia, expressando inexactidão; a escorrer feito mel dos lábios do povo. Não existe recomeço que seja do zero. Sempre se começa por um ponto de referência, a partir de um lugar comum, no tempo e no espaço. Quando se recomeça é porque houve um momento antes, um pontapé inicial, um “antes” que pressupõe um “depois”.

1. As fontes paulinas são duas: as cartas de Paulo e os Atos dos Apóstolos, ambas apresentando sua trajetória e o seu pensamento, Cf. Tomás Parra SÁNCHEZ, *Paulo: a aventura entre os pagãos*, São Paulo: Paulinas, 1996, p. 13.

2. Tomou-se por empréstimo essa expressão de Scarlett Marton, filósofa da USP e comentarista de Nietzsche.

Este trabalho se desdobra em quatro partes, portanto. Na primeira investiga-se a relação entre as eclesias/igrejas primitivas e as eclesiologias modernas, em que se remontam as tendências e os discursos eclesiológicos que legitimam ou se posicionam contra a oficialização ou clericalização da igreja. Na segunda serão examinados alguns postulados paulinos, que concebem a idéia de um “povo de Deus”, de uma *Eclésia* sem mechas eclesiásticas. Na terceira parte, tomando como parâmetro a eclesiologia reformada, um recorte é feito a partir do pensamento luterano, extraíndo a matéria prima que lhe foi mais cara, cuja proposição motivou o seu afastamento do pontífice romano, a doutrina “sacerdotal de todos os crentes”. Por última apresentar-se-á um estudo de caso, que requer um apequenamento do olhar, entusiasmado com coisas hiperbólicas, em que se volve a sua órbita não para uma grande estrutura eclesiástica; não para uma imensa comunidade urbana; mas para uma pequena Igreja Metodista, situada às margens metropolitanas da Santa Maria do Grão-Pará (Belém do Pará).

1. Eclésia(s) e eclesiologia(s): uma questão de metodologia

Que se tome como ponto de partida então, nada menos que a temática da Igreja (*ekklesia*). Dentre os temas debatidos à exaustão, a *ekklesia* será eleita por Paulo como um de seus temas ‘capitais’. Dela se ocupará boa parte dos seus escritos, notadamente aqueles dedicados à sua origem, desenvolvimento e emancipação.

O Novo Testamento, no entanto, nos fornece uma visão multipolar dessa nova realidade inaugural, caracterizada e batizada pelo movimento de Jesus de *ekklesia*. Por uma acepção designa uma representação ‘metafísica’, ‘espiritual’, ‘corpo místico’ de Cristo e, por ser assim, invisível a toda íris humana (Ef 1,23; 2,16; 4,4.12.16; Cl 1,18.24; 2,17.19; 3,15). Por outra, nas vezes em que a variante etimológica acontece, dissociá-la de imagens do tipo “povo” (*laos*), “família”, “lavoura” de Deus, entre outros, é retirar-lhe seu apreço (Rm 12,4.5; 1Cor 10,17; 12,12-27; Ef 3,6; 5,30).

Numa ou noutra interpretação a Eclésia é concebida como parte constitutiva e integrante do *laos* de Deus. Na dogmática, a Igreja é corpo de Cristo, sua legítima esposa, cimentada sobre a pedra angular (Ef 2,20; Ap 21,14). Em verdade, separá-la da sua condição sobre/natural seria ignorar a matriz da qual a Eclésia é formada e faz parte. Questões assim conduzem inevitavelmente a outras. Nas notas epistolares do apóstolo um cenário novo se aflora e seria aquele mesmo pelo qual as comunidades se originam e se multiplicariam. A bem da verdade, em Paulo, já se faz entrever diversificadas formulações. Afinal, é da Eclésia que emerge o povo ou é deste o tronco a partir do qual a Eclésia se origina³? Seria possível pensar em uma comunidade que se quer do povo, desprovida de sacerdotes e sacerdotisas, desatrelada de uma estrutura de cargos e hierarquias? Pensar em uma estrutura comunitária desclericalizada, sem papas e cardeais, sem freiras e santos, numa eclesiologia tresloucada, numa casta sacerdotal sem

3. Cf. Leonardo BOFF, *E a igreja se fez povo, eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 61. Nesta obra o autor discorre sobre a gênese da Igreja, face às mudanças que se reclamam nos tempos atuais, sobretudo aquela de natureza eclesiológica, que perpassa a questão sempre presente das tensões eclesiásticas, que requer uma redefinição de ministérios e papéis nas comunidades eclesiais.

dotação de poder? Havendo sacerdotes, é possível ainda ser igreja? Havendo igreja, é inconcebível pensá-la sem a figura renomada do sacerdote? Por mais que se crie mal-estar e estranheza, há rumores, em Paulo, que apontam para essa e outras direções, e nada se assemelha a uma baliza anticlerical.

Perguntar-se pela gênese da igreja não é menos importante, tampouco aquilatar a vastidão de seu alcance, porque na raiz mesmo de seu florescimento, nela se escondem os seus muitos modos de ser. E a primeira característica que se tira, a partir daí, se quisermos uma impressão “fisiológica”, é que a Eclésia não se dá a conhecer de forma monolítica. Muito embora sendo una, nem por isso deixa de ser plural. A variedade eclesiológica do neotestamento, conforme classifica Codina, rompe com “o monolitismo eclesiológico que até há pouco alguns pareciam professar acerca do Novo Testamento e abre uma porta para a legítima pluralidade de eclesiologias em nossos dias”⁴. Com base nessa afirmação, há de se pontuar outros elementos. Há pelo menos três formas de abordagem ao tema da igreja, conforme esclarece Codina⁵.

1) A primeira remete à eclesiologia clássica. Esta postura hermenêutica reafirma uma continuidade histórica da igreja, sem romper os laços com o Jesus histórico. Nessa eclesiologia, Jesus sagrou a sua igreja com vestes institucionais e cargos de chefia, tendo no vulto suntuoso de Pedro a pedra de toque para essa oficialização (Mc 3,7; Mt 16). A Igreja é continuísmo da encarnação de Jesus; portanto uma realidade divina. Ao fundar a Igreja, Cristo instituiu a “instituição religiosa Igreja”, paramentada estruturalmente de status e hierarquias. Essa estrutura eclesiológica, no entanto, contém avarias.

Quem se propõe a ouvir a voz dos Evangelhos, sem fazer-lhe ouvido mouco, logo perceberá que eles não são narrativas *historiográficas*, e sim categorias *teológicas*, nem um pouco preocupadas em remontar aos fatos tais e quais, não se constituindo em memórias fidedignas do “fato social”. A palavra *ekklesia*, por seu modo, só surge três vezes nos Evangelhos (Mt 16,18 e 18,17) e apenas vinte e cinco vezes em Atos dos Apóstolos. Implica dizer que Cristo não pregou a igreja, muito menos a fundou; como pretendem os entusiastas. Pelo contrário, seu ministério se volta, antes de tudo, à implementação do *Reino de Deus*, este que se coroa no seu testemunho e sofrimento, recorrente centenas de vezes nos Evangelhos. Os doze eleitos na convocação de Jesus são elementos simbólicos, contrapondo-se à perspectiva tradicional, que se arrasta desde a tradição do Israel antigo, e a promessa colunar referente a Pedro, primeiro Papa no imaginário romano, não passa de um mero sentido simbólico e etiológico também, às vésperas do evento pascal. Este autor está inclinado a concordar com Codina em suas asserções, posto que dificilmente Jesus fundaria a Igreja se a implantação do Reino era um programa para ontem. Se a escatologia irromperia com o *novum*, num átimo de segundo, por que sacralizar uma ordem peremptória, condenada ao crono-

4. Cf. Víctor CODINA, *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 46-47.

5. Optou-se pelo viés eclesiológico de Codina por ser uma reflexão eclesiológica ponderada, livre de amarras institucionais, de modo a propiciar um repensar sobre as Eclésias em nosso tempo, sempre com um olhar desconfiado, latino-americano.

centrismo da morte? Por que investir na provisoriedade, no efêmero, já que este logo desapareceria ou se escamotearia por meio dos percalços da história?

2) A segunda perspectiva remete à eclesiologia de ruptura. Neste posicionamento eclesiológico há uma completa sensação de descontinuidade, de corte visceral. Talvez se aplique aqui a frase de Bonhöffer: “O cristianismo das origens não é religião. Transformaram o cristianismo em uma religião”. E para completar: “No cristianismo só existiu, de fato, um único cristão; e este foi parar numa cruz” (Nietzsche). De pronto, é possível ver a radicalidade de ambas as formulações, ainda que contenham um fundo de veracidade.

Para esta linha a Igreja nasce da fé pascal, sem nenhuma conexão com o Jesus histórico. É o cristianismo bultmanniano⁶ para quem a Igreja não foi fundada por Jesus Cristo, pois ela não se encontra em outra parte senão na margem das tradições. Posiciona-se contra a leitura tradicional da Igreja, segundo a qual a relação entre Jesus e a Igreja é bem próxima. Com isso, pretende-se demitizadora do já consagrado pela tradição conciliar, sobretudo, concernente às verdades pontificadas pela eclesialidade, guardiã fiel da revelação cristã há milênios. Tal postura pode desembocar no fideísmo, de uma parte, e de outra, numa fé tipicamente cartesiano-racional, que matematiza os conteúdos da fé, reclamando para si uma evidência epistêmico-laboratorial.

3) A última vertente remete o pesquisador a uma eclesiologia que se pretende dialética. Dessa perspectiva, e somente nela, emana a capacidade inovadora de gerar uma terceira via de locução: entre Jesus e a Igreja, entre a Igreja e Jesus, haveria pontes de continuidade e descontinuidade. Quanto a esta posição, são concordes tanto os teólogos e biblistas católicos quanto protestantes⁷. Reafirma-se a proximidade entre Cristo e a Igreja, mesmo que nesta última encerre processualidade. Este ponto de vista se lança ao universalismo da fé, em que os gentios são os substitutos da fé patriarcal abraâmica. A morte e ressurreição são eventos fundadores, que marcam a ruptura e a seqüencialidade entre Cristo e a Igreja. A Igreja, nessa ótica, se atenta aos encarcerados, aos sofridos, aos extraviados da fé. E a fundação da Igreja tem como premissa maior um princípio teológico: embora inspirada nos ditos de Jesus, no que tange as suas normativas de fé e comportamento, a ênfase fica posta em seu Reino. Desse modo, as conseqüências dessa eclesiologia são inevitáveis.

Com efeito, nessa linha, seria melhor conceber a Igreja como um organismo dinâmico e histórico do que apenas vinculá-lo à perenidade e a estaticidade do seu nascimento. Decorre que o fixismo sobre a origem da igreja é amplamente anulado. A Igreja, então, é nada menos que uma crisálida, uma “metamorfose ambulante” que se dá a conhecer pela sua provisoriedade, por sua contingência, que ora assume o leme da evangelização e antecipa a chegada do Reino, ora rejeita seu encargo e papel. Como conseqüência, a igreja é produto direto de Deus; contudo sujeita, devido à sua natureza santa e pecadora, advinda do livre-arbítrio, e deste, o pecado, às peripécias da história. Nessa eclesiologia seguir as pisadas de Cristo é inevitável, ao se posicionar ao lado

6. Para Bultmann “o Novo Testamento é linguagem mitológica. Seria então a tarefa da teologia demitologizar a proclamação cristã”, em Rudolf Bultmann, *Demitologização*, São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 7.

7. Nessa linha: Schnackenburg, J. Blank, A. Vötgle, N. Lohfink, E. Peterson, H. Küng, J. Ratzinger, L. Boff.

dos desvalidos e necessitados, dos impotentes da história, à imagem do “Deus que se esvazia de Deus (*kenósis*) para morrer sem Deus na cruz”.

A morte de Deus, entretanto, não produz esvaziamento do seu ser, mas desdobramento, porque com a morte e ressurreição inaugura-se a era do Espírito. Neste, é possível vislumbrar o Deus ressuscitado a partir do qual se concebe um mundo melhor. É a partir dele, também, que a igreja deve se imbuir e se espelhar em sua peregrinação terrestre. A Igreja, cria originária do Espírito, sabe-se que nada pode impedir ou represar seu movimento, desde que não se baste a si mesma, não se veja orgulhosa e auto-suficiente. Por ser conduzida pelo Espírito, a Eclésia pipoca novidades nas pessoas e no mundo esfacelado pelo pecado, a partir de velhas receitas. Nessa parte, a modo de conclusão, é instigante o pensamento de Aguirre: “o problema não é se Jesus fundou a igreja, (*e se esta se cobriu com mantos institucionais*) mas como tem que ser a Igreja se quer estar fundada em Jesus”⁸. Quando a Igreja propugnar uma oxigenação de sua eclesiologia, com ares montanhosos, brotará naturalmente a vontade de ser uma Igreja melhor que sobreponha à tentação de ser uma Eclésia decadente e ensandecida.

2. Paradigma eclesiológico paulino

Os textos eclesiológicos paulinos fazem parte de uma trama. Cada ator nela envolvido se torna leitor e comentador dos mesmos fragmentos. Cada qual, a seu modo, fará parte também de uma trajetória, esta para a qual se requer uma senha. Esta não é para os iluminados, para os escolhidos; mas para os que se dedicam em percorrer esse caminho. No final das contas, talvez nem se consiga uma coisa nem outra — nem refazer a trilha revisionista, muito menos acessar esta senha. Mesmo assim, é necessário vasculhar os caminhos, empreendendo os esforços possíveis. Comece-se por Coríntios e Romanos.

Pode-se dizer que as comunidades paulinas não têm uma estrutura rígida, altamente clericalizada, tal como se observa nos dias atuais. Em nenhuma das considerações já mencionadas se verificou uma equiparação da Igreja a uma estrutura fixa, denominacional, uma instituição formalista, mas a uma realidade supra-sensível, invisível ou percebida como movimento, conjunto de fiéis, agência histórica, numa ou em outra situação. Somente ao final do primeiro e início do segundo século é que surge a idéia de que a Igreja é uma instituição e que essa se baseia no colegiado dos seus líderes⁹. Seria romantismo, à projeção dos tempos atuais, pretender que a igreja tivesse as

8. Cf. Víctor CODINA, *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 43, (acrêscimos e grifo meus).

9. Cf. Alderi de Souza MATOS, *A Igreja e as igrejas: reflexões eclesiológicas à luz da história do cristianismo*, Revista Ultimato, ANO XXXIV – n. 272, set/out/2001, p. 50. Matos aponta que esse momento pelo qual atravessava a Igreja fora um período conflitivo. Daí a urgência de se definir com mais clareza a identidade da Igreja, suas doutrinas, sua forma de governo, por causa das interpretações antagônicas vindas dos docetistas, gnósticos, marcionistas e montanistas. Frente a esses grupos dissidentes a Igreja teve de se posicionar: como se pontuar sobre a verdadeira igreja? Onde ela está? Os concílios ecumênicos arremataram: a Igreja verdadeira está na Igreja Católica”. Com isso, “fora das mediações da Igreja não há salvação” (S. Cipriano). Do terceiro para o quarto século a Igreja se constantinizaria, isto é, se tornaria braço direito do Estado. Decorre que, onde estivesse o bispo, sucessor na linha cronológico do prelado apostólico, aí estaria a igreja, e é justamente a partir dessa configuração eclesiástica que procede a rigidez, a centralização do clero, o bloco monolítico, da qual não só a matriz da Igreja Católica faz parte, mas algumas das mais respeitadas Confissões evangélicas.

mesmas características de outrora por que as coisas se alteram e mudar de lugar já desde os primórdios.

Nas igrejas paulinas, contudo, embora as funções diaconais (*diakonoi*) e episcopais (*episkopoi*) sejam bem definidas, e posteriormente adquiram ‘status’, numa comunidade que se pretende missionária, os “papéis” e “hierarquias” são bastante flexibilizados. O propósito paulino, nas suas epístolas, não consiste em superestimar uma função, um dom específico, determinar categorias eclesiais subalternas, em detrimento de muitas outras funções.

Tanto é assim que na listagem¹⁰ de dons e títulos de 1Cor 12,28-30; 12,8-10 e na de Romanos 12,6-8, ocorre um emparelhamento de funções com vistas a aclarar uma realidade subjacente: tal lista, com suas respectivas tarefas e ofícios, não reforça a concorrência eclesial entre os seus pares nem aponta para uma gradação, isto é, graus superiores e inferiores de poder. Foram postas, em vez disso, a título de ilustração: nessas eclesias há dons provenientes de Deus, e estes dons são para a edificação, promoção da evangelização, exercício da partilha e da caridade, nada mais que isso. A liderança carismática de Coríntios, eufórica por intuir uma certa gradação, provavelmente deva ter se frustrado, quando Paulo dá seu parecer final acerca da natureza dos dons do Espírito, visto que o Espírito que concede os dons é o mesmo que determina as regras: “É o único mesmo Espírito que isso tudo realiza, distribuindo a cada um os seus dons, conforme lhe apraz” (1Cor 12,11).

Nestas duas comunidades têm-se a noção de uma comunidade “desclericalizada”, um “povo sem sacerdotes”, destituída de “castas e hierarquias”. A hierarquização existe, é fato, basta evocar o exemplo do ofício “apóstolo”, que já traz em si as marcas de autoridade e reconhecimento advindo de um certo “poder” (*exousia*) que emana de tal ofício. Apóstolos, profetas e doutores, na listagem, diz Branick, “são as categorias e funções mais formalizadas dentre as demais”¹¹. Porém, não tendem à superposição, quando da repartição dos dons. Decerto, comparada ao colégio apostólico, sediado em Jerusalém, é uma estrutura menos pesada. Branick indica que as posições e funções de liderança existem nas igrejas paulinas; entretanto nada se assemelham “aos ofícios e cargos eclesiais com os quais estamos familiarizados.”

O curioso, e propositadamente aqui se dá um salto histórico, é que nas duas ocorrências, a de Coríntios e Romanos, uma propaganda amplamente difundida na modernidade nelas já se faz postular – “igualdade”, “fraternidade”, “liberdade”, eis a idéia medular sobre a qual se assentariam, por assim dizer, as bases de liderança neotesta-

10. Segue-se a listagem de Vincent Branick, é uma lista tripartite. Ei-la:

1 Cor 12,28-30	1 Cor 12,8-10	Rm 12,6-8
1º Apóstolos	palavra de sabedoria	profecia
2º profetas	palavra de conhecimento	diakonia
3º doutores	fé	o mestre
milagres	cura	o exortador
dons de cura	milagres	o compartilhador (<i>ho metadidous</i>)
assistência	profecia	o patrono (<i>ho proistamenos</i>).

11. Vincent Branick, em *A igreja doméstica nos escritos de Paulo*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 83.

mentária. Por similaridade, o lema corolário da Revolução Francesa, no fundo, tem no seu ideário um gérmen cristão. Não se pontifica que as implicações políticas da Revolução Francesa, ou qualquer uma outra, encontram-se todas reunidas no solo do Novo Testamento. Mas seguramente, quando o cristianismo entendeu que os Direitos Humanos são um patrimônio universal, e que deveriam ter sido distribuídos equitativamente entre os indivíduos; a começar por sua liderança, sem equívocos, pensou-se numa idéia de manutenção e *nivelação* das forças, repartindo as *diferenças* em escalas simétricas de poder, em se perseguindo a sonhada igualitariedade.

À essa altura, reaparece novamente aqui, agora de modo mais sofisticado, aquele impasse pendular: referindo-se a direitos, tantos os antigos como os modernos, não se estaria reforçando um conceito, uma prática competitiva que se tenta, pelo viés da igualdade, apaziguar? Direitos não deságuam sempre no substabelecimento de deveres? Papas, padres, rabinos e pastores não são categorias eclesiais burguesas, tentativas disfarçadas de revezamento do *status quo ante*, com o intuito de reforçar uma postura ideológica lacerante, de uma Eclésia mais clericalizada, daqueles que hoje estão e estarão amanhã no poder? Não se estaria bem distante do molde eclesiológico paulino no que toca à organização de funções, papéis, liderança, relação com o laicato, no modo como as igrejas se administram e se organizam, hoje?

O povo (*laos*) de Deus é uma imagética paulina que necessita ser invocada. Nesse enquadramento, a igreja é apenas um desdobramento, prolongamento do antigo Israel, o povo eleito de Deus do Antigo Testamento (Rm 11). Isto aponta para uma sucessão da linhagem de Abraão (Gl 3; Rm 4), sendo aquela o novo Israel de Deus (Gl 6,16). A idéia é simples: exaurida, a nação da antiga dispensação passa o bastão para a nova. Mudam-se, com isso, os hábitos sacrificais e de vida: para fazer adesão à fé deste novo povo, passa-se pelo rito batismal e não mais pela lei e circuncisão, o corte agora é decisivo: é na intimidade do coração (Gl 3,14.16-29; Rm 4,11-17). A Igreja é agora doméstica, desloca-se do culto templário e desce até a periferia das casas (1Cor 1,2; Rm 16,16). Os passos desse povo de Deus são ascendentes e descendentes. Começam no Templo e descem para as casas; das casas haverão de voltar para o Templo, com o advento da igreja oficial (constantinizada).

As posições de liderança nas comunidades paulinas estão intimamente ligadas aos modelos das igrejas domésticas, e embora haja um grau de oficialização desses cargos e hierarquias, não deveriam ser assimilados como “maiores” ou “menores”, entre uns e outros. De sorte que os papéis do “apóstolo”, do “profeta” e dos “doutores”, além de outros ofícios mencionados, são apenas reflexos de um grupo distinto na listagem. O povo de Deus é um único povo congregado, *sui generis*, mas completamente diversificado nas igrejas locais em que se manifesta. Sob o olhar policialesco e meio arredo da matriz em Jerusalém, a emancipação é notória nas comunidades paulinas. Nelas ocorre deslocamento de paradigmas, a desfronteirização do evangelho é crucial, a partir de uma nova ótica da cruz, quando esta visão se amplia e se estabelece. Finalmente, este povo caminha para a capitulação da história, em que o seu Senhor virá para estabelecê-los numa ordem diferente.

Percebe-se nessa perspectiva paulina que é o Espírito que realiza a multiplicação carismática (1Cor 12; Rm 12). Reforçando-se a pluralidade, diminui-se o egocentrismo, o cristianismo individual, a visão unilateral do Reino, o descongelamento igualitário do poder eclesial? *Não!* Talvez seja mais um mito criado. Haveria tensão, política de bastidor, queixume e rivalidade nessas eclésias? *Sim!* Isto é inegável. Basta um ligeiro olhar sobre as cartas paulinas, as dêutero-paulinas e as pastorais, que se perceberá aquilo que muitos olhos gostariam de não ver naquelas e nas comunidades atuais: ódio, revanchismo, quebra de confissão e disputas de poder. Os conflitos existiram e existem, e devem ser enfrentados com maturidade, tolerância e habilidade.

Talvez seja a disputa eclesial o motor mesmo que impulsiona e revitaliza a comunidade. Todos tentam, de igual modo, ser um povo de batizados e batizadas, irmãos e irmãs, com dons e carismas multifacetados, plenificados em Cristo. É pela *diferença*, e não pela *igualdade*, que o outro e a outra devem ser tolerados; reduzindo-se as dissensões e os conflitos eclesiásticos. Se, por um lado, o Novo Testamento não protege nem fortalece o clericalismo ou uma postura anticlerical, por outro, vê como irresponsável qualquer atitude anarquista ou um monopolismo hierárquico estreito. O indivíduo, nesse grupo de eleitos, faz parte de uma rede comunitária. Todos pensando em todos: “um por todos e todos por um”, é isso que ensinam os Atos. Assim é que se pode salvaguardar a unidade em meio aos diversos perigos. É a sociedade no indivíduo. É o indivíduo na sociedade. A liberdade de um passa pela responsabilidade com o outro. O outro, efetivamente, é peça fundamental. O outro é parte do eu, do eu que faz parte do outro. Toda proposta indecorosa que beire à massificação, à repetição de crentes seriados, é totalmente renunciável. A Igreja, como povo de Deus, não se pertence. É de Jesus. Ele é sua cabeça primordial. É no ressuscitado que os cristãos devem entregar as suas vidas. No Cristo sem potência, pobre, humilhado na cruz, que devem amoldar as suas cabeças. Não se devem nutrir sentimentos de onipotência, tampouco ares de um triunfalismo excêntrico. Pelo inverso, a Igreja é reflexo do seu Senhor, pobre, martirizada, messiânica e testemunhal como o seu mestre. Portanto, o poder, os ofícios nas comunidades paulinas, só têm uma destinação: o serviço comunitário, a atitude diaconal, o desprendimento do eu, o refazimento do outro, tal como na cena do lava-pés.

3. A eclesialidade de todas as comunidades

A Reforma protestante do século 16 tem muitas particularidades. Ainda que nela se verifique ambivalência, práticas eclesiásticas antagônicas, e que possua pontos fracos; contudo seu programa de reforma se baseia num modelo eclesiológico descentralizado. No conceito luterano de sacerdócio universal o eixo sacerdotal perde o seu centro. Não há mais centro a partir da Reforma. Todos, sacerdotes e leigos, são centros agora. Isto é, todos são mediadores, enfim, todos têm passe livre a Deus. E apesar de o povo não possuir graduação em teologia, inclusive, pode fazer a livre interpretação das Escrituras, sem que recorra à figura emblemática do sacerdote-pastor.

Segundo Matos, “na cosmovisão protestante inexistente a distinção entre clero e leigos”¹². Todos são “leigos”, que vem do termo grego *laos*, “povo”. E mais: não se trata de um povo qualquer, provinciano, se trata do “povo de Deus”, povo que é, a um só tempo, leigo e sacerdote (1Pd 2,9-10).

Por essa razão não há matiz denominacional que se atribua a pecha de “igreja superior”, “fiel à tradição apostólica”, “comunidade por excelência”, acima das demais. A Igreja, o verdadeiro povo de Deus, não é uma denominação específica, uma instituição homogênea, uma estrutura eclesiástica particular, nem tampouco a liderança eclesiástica em geral. É, sim, o corpo de Cristo, o povo de Deus, que ultrapassa os mecanismos políticos dos arraiais eclesiásticos, que atua e se reveza no poder, muitas vezes, como num jogo de cartas marcadas. A partir desse ângulo, ninguém há de reivindicar direitos sobre determinada confissão, muito menos, a posse sobre o título “igreja”. Foi o protestantismo, e não o humanismo, que escancarou as portas para a diversidade de expressões, seja estética, teológica, cênica, literária, filosófica, ainda que pelo revés e a contragosto. “Onde quer que o povo se congregue, para ouvir a pregação da palavra e ministração dos sacramentos, aí estará a verdadeira igreja”, testifica Matos (idem, p. 51). O intuito da Reforma, ainda, é o de continuar reformando, não só conceitos e expressões, principalmente a visão redutora desses eclesiocentrismos modernos, a que se foi afeiçoado, que precisa se amoldar aos ventos de mudança.

Não significa que uma vez diminuídas as mediações, diminuam, por seu modo, as tensões eclesiais. Não é isso que nos mostra a história. Mesmo assim a Reforma é referência neste processo de “desclericalização”. A autoridade eclesiástica não se esboroa de encontro às rochas, mas ela se arrefece na medida em que os leigos assumem o seu lugar na tarefa da evangelização. Portanto, a Igreja não se reduz, nesta concepção, a uma instituição ou estrutura eclesiástica, mas existem ramos diversos desse mesmo movimento reformado. Dessa forma, a Igreja poderia constituir-se de todos os católicos, protestantes e ortodoxos de vertente cristã. No entanto, pessoas que não estão vinculadas a nenhuma dessas eclesias, mas que no íntimo aceitaram e vivem de acordo com as verdades do evangelho, certamente fazem parte do Reino. Se a Igreja é invisível, então o povo de Deus, seja ele quem for, é uma realidade que somente Deus conhece¹³, não compete às igrejas emitir parecer a priori, ou julgamento de valor, como mormente se faz.

4. Igreja Metodista da Pedreira (Belém-Pará)

Para finalizar este comentário, traz-se à baila um relato sucinto, a respeito de uma comunidade metodista em Belém-Pará, da qual este autor é “pastor” e “especta-

12. Cf. Alderi Souza de MATOS, em *A igreja e as igrejas: reflexões eclesiológicas à luz da história do cristianismo*, op. cit., p. 50-51.

13. Em 2000, uma declaração abala a estrutura evangélica de diferentes confissões, além de comprometer o diálogo ecumênico: o documento *Dominus Iesus*. Nele o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, anuncia sua confissão: as igrejas protestantes descem da categoria de “igrejas irmãs” e passam a ser designadas de “comunidades eclesiais”, já que o episcopado de tais igrejas não tem validade, daí é questionável a natureza dessas “igrejas”, já que não comungam do mistério eucarístico da fé católica. Não bastasse, reafirma ser a Igreja Católica Apostólica Romana a única verdadeira igreja e é para esta que as comunidades cristãs deviam voltar-se.

dor”. A despeito de todas as circunstâncias adversas por que passou esta comunidade, hoje (2004), com um número reduzido de pessoas, vícios e virtudes nela se verificam. Estamos tão acostumados a uma voz de comando central, a uma igreja centralizadora, que nem nos damos conta de que existem outros modelos eclesiais, e seria mais estranho ainda falar em uma comunidade do tipo plural.

Embora obediente às decisões conciliares, aos programas, diretrizes e metas regionais, às ênfases nacionais da Igreja Metodista do Brasil, acredita-se que se goze de maior autonomia dentro das igrejas locais. E isto acontece na Igreja Metodista da Pedreira. No programa metodista “Dons e Ministérios”¹⁴, os leigos e os clérigos, cada um a seu modo, assumem o protagonismo da nova evangelização. Neste modelo cada indivíduo, na multiplicidade infinitesimal de seus dons e carismas, assume, ou pelo menos é desafiado a assumir, o seu respectivo ministério. Dons, só têm sua validade se conectado a um ministério específico na Igreja local. O critério para localização e respectiva inserção no ministério passa pela identificação com o serviço.

Na Igreja Metodista da Pedreira, estabelecida há mais de 24 anos em Belém do Pará, primeira igreja metodista organizada após a investida missionária de Justus Nelson, século 19, existe uma certa “flexibilização” das estruturas de poder em âmbito local. O/a clérigo/a, ainda que goze de prestígio e respeitabilidade comunitários, efetivamente não se constitui como peça central. Nela há, se poderia dizer, uma desclericalização do poder. Pelo menos uma mudança na mola estrutural e rígida, perceptível no mundo eclesiástico, se verifica com clareza. Os vários grupos de liturgia, os diversos arranjos ministeriais, o serviço educacional comunitário, a inserção ecumênica, são provas incontestes de que ao pastor-sacerdote de uma comunidade como essa não resta outra coisa senão ministrar os sacramentos, explanar os sermões, promover estudos bíblicos e supervisionar pastorais.

Essa é a liberdade de serviço que se granjeia na igreja local mediante o programa Dons e Ministérios. Ora, por mais que haja uma certa tolerância a esse programa, retificando, “movimento” Dons e Ministérios, em que a Igreja Metodista se lançou tentando banir a visão estrutural de cargos e hierarquias, na prática, contudo, salvo engano, na maioria das comunidades há conluios e esquemas de domesticação e de queda de braço, de uma ou de outra parte.

Apesar de todos os esforços para se acabar com uma igreja funcionalista, o movimento, aqui e ali, não obedece aos contornos do compasso. De duas uma: ou é reforçado o esquema tático do/a pastor/a, e aí é o indivíduo é ex-comungado sutilmente, se não concorda com as suas decisões, ou, por vezes, certos grupos se trocam e se mantêm por anos no poder de uma igreja local. Valem-se de uma técnica bastante inovadora: boicotam seu líder de todas as formas, já que este não se dobra ao abecedário de sua

14. Cf. *Carta Pastoral sobre Dons e Ministérios*, Colégio Episcopal da Igreja Metodista, Biblioteca Vida e Missão, São Paulo: Cedro, 2001. A Igreja Metodista é uma igreja conciliar, conexional, episcopal e de sistema representativo. A colegialidade dos bispos e bispas não fere esse programa que se pretende movimento, tampouco invalida o sacerdócio universal, haja vista que os poderes dos bispos são divididos nos Concílios Gerais nas diversas instâncias de uma votação, em que eles não têm voz única e esmagadora na plenária. Ademais, o episcopado na metodista não encerra vitaliciedade, mas provisoriedade.

cartilha. É um sistema de castas, ao contrário do movimento tipicamente wesleyano-metodista, sonho da Igreja Metodista, que trabalha com o tráfico de influência eclesial, de um lado, e do outro, das grossas fatias de poder que são repartidas pelo grupo ou pessoa na igreja, despidoradamente.

As disputas por nichos territoriais, comuns nas igrejas protestantes, só tendem a aumentar quando o poder não é desfocado de uma pessoa ou de um grupo específico. Comunidades que atritam internamente por um longo período tendem a desgastar-se e a deteriorar-se com o tempo. Esse tipo de Eclésia pode ser comparado ao centralismo do século XI, razão do cisma do Oriente, através do qual o poder e decisão emanam de uma figura proeminente (ou, atualmente, de grupos rivais). Dessa percepção beligerante, sem dúvida, há de se gerar uma outra: a de uma comunidade exemplar que traga consigo traços latino-americanos, de uma Eclésia que prime em hastear a bandeira branca da paz, de modo a estreitar as fronteiras clericais e laicais, não raras vezes distanciadas.

Nos dias atuais reclama-se pela abertura ao diferente, mas como se dará se ainda temos uma estrutura eclesiástica de portas emperradas? Por meio de uma eclesiologia estrita? Penso que não. Uma estrutura eclesial menos clericalizada, em que se respeitem os dons e os serviços laicais, sem desmerecer com isso o importante protagonismo dos/as clérigos/as, nas igrejas de diversas confissões, é o que se pede em nossos dias. A Igreja Metodista da Pedreira, com suas inúmeras imperfeições e contradições a ela inerentes, talvez seja uma igreja modelar no tocante a essa questão. O povo de Deus remonta a uma comunidade em que os “leigos” e os “sacerdotes” podiam olhar-se nos olhos, frente a frente, e perceberem-se iguais na caminhada. Demarcando o que era diferenciação, afirmavam-se conseqüentemente as potencialidades de cada membro dessa(s) ecclésia(s).

Este texto, como notaram, é mais teológico do que exegetico. Mas a eclesiologia não necessita do norte da teologia para reavaliar seus valores e mudar seus preceitos consagrados? Bem que esse espaço poderia ser também comunitário, participativo, desclericalizado, um projeto de mutirão eclesial, cirandado por leigos e clérigo, para copular teoria e prática. Por razões afins isso não fora possível.

As digitais aqui impressas são demonstrações tácitas de que nós, clérigos/as, ainda estamos algemados por esse clericalismo que tentamos, alguns, desacorrentar. E não é menosprezando ou desabonando esse prestigioso ofício, o de sacerdote, que chegaremos àquele objetivo, muito menos inferiorizando nossos paroquianos, como se acima deles estivéssemos. Fim aos maniqueísmos doentios e invertebrados.

De fato, se fosse unicamente para atender o paladar requintado de alguns biblistas e exegetas, tão propício à repetição de si mesmos, o prazer desse cardápio eclesiológico ficaria comprometido a reproduzir o blablablá da interpretação nossa de cada dia. A leitura desse comentário situa-se, não obstante, no esforço incessante de pensar sem cartilhas. Todavia, a alienação cultural, teológica e filosófica a que estamos habituados, novamente nos amaldiçoa com seus modismos e paixões escravizantes, furtando dos seus membros mais ilustres a inventividade e a capacidade crítica que impedem de enxergarem as coisas mais óbvias. A suspeita de que algo não vai bem em nos-

so círculo eclesiológico, fez saltar a veia polemista desse texto. A transgressão semântica é necessária quando se instaura a ditadura no texto.

Somente uma revisão no conceito tradicionalmente aceito sobre a(s) eclesia(s) e a(s) eclesiologia(s), em que se reveja algumas de suas práticas dissonantes, passando pela conversão de mente de uma liderança narcisista e hedonista, além do estudo relativo ao sacerdócio universal de todos os crentes, conduzirá o povo de Deus a valorizar o seu duplo ofício: o de leigo e o de sacerdote, categorias, no fundo, indissociáveis. Esperamos que estas considerações não sejam dissolvidas no mar do esquecimento, como bolhas que sobem até a superfície do oceano e simplesmente desaparecem, tal como repetidamente se verifica no cenário religioso brasileiro, ao debruçar-se sobre um tema inquietante como este.

Jesus Tavernard Júnior

Teólogo, pastor metodista, aluno de filosofia da USP
Passagem Marinho, 10 – Sacramento,
66120-060 – Belém-Pará
Juniorfilosofia@hotmail.com/tavernardjr@bol.com.br